

de Assessor Jurídico, símbolo DAS-4 (vaga 75), da estrutura do Ministério Público do Estado do Paraná pelo prazo determinado até 1º de agosto de 2016 a partir de 1º de julho de 2016.

III – ATRIBUIR

ao nomeado constante do item II, a gratificação pelo exercício de encargos especiais, de acordo com o artigo 172, inciso VIII, da Lei Estadual 6174/1970, no percentual de 100% (cem por cento) do valor constante na tabela do anexo IV, da Lei Estadual 18811/2016, para o cargo em comissão, símbolo DAS-4, respeitando o redutor estabelecido pelo artigo 3º da Lei Estadual 17888, de 26 de dezembro de 2013.

Curitiba, 30 de junho de 2016.

IVONEI SFOGGIA
Procurador-Geral de Justiça

ATO 394

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso X, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, tendo em vista o artigo 24, inciso III, da Lei Estadual 6174, de 16 de novembro de 1970, e o artigo 3º da Lei Estadual nº 16383, de 20 de janeiro de 2010, considerando que estão disponibilizadas no Portal da Transparência as informações exigidas pela Lei Estadual nº 16595/2010, em seu § 2º do artigo 2º, face à exoneração contida no protocolo 11310/2016-MP/PR e de acordo com o pedido do Promotor de Justiça, Dr. ANDRÉ TIAGO PASTERNAK GLITZ, designado para atuação junto ao CAOP Criminais, protocolado sob nº 13990/2016-MP/PR, resolve

I – NOMEAR

Donizete de Arruda Gordiano, RG nº 8.855.924-0/PR, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça, símbolo DAS-5 (vaga 253), da estrutura do Ministério Público do Estado do Paraná.

II – ATRIBUIR

ao nomeado constante do item I, a gratificação pelo exercício de encargos especiais, de acordo com o artigo 172, inciso VIII, da Lei Estadual 6174/1970, no percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do valor constante na tabela do anexo IV, da Lei Estadual 18811/2016, para o cargo em comissão, símbolo DAS-5, respeitando o redutor estabelecido pelo artigo 3º da Lei Estadual 17888, de 26 de dezembro de 2013.

Curitiba, 30 de junho de 2016.

IVONEI SFOGGIA
Procurador-Geral de Justiça

ATO 396

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso X, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, tendo em vista o artigo 24, inciso III, da Lei Estadual 6174, de 16 de novembro de 1970, e o artigo 3º da Lei Estadual nº 18140, de 04 de julho de 2014, considerando que estão disponibilizadas no Portal da Transparência as informações exigidas pela Lei Estadual nº 16595/2010, em seu § 2º do artigo 2º, face à autorização contida no protocolo 11566/2016-MP/PR e de acordo com o pedido da Promotora de Justiça, Dra. LUCILA MARIA SALES ARAÚJO GUEDES, designada para atuação junto à Promotoria de Justiça do Fórum Descentralizado do Boqueirão da Comarca de Curitiba, protocolado sob nº 14002/2016-MP/PR, resolve

I – NOMEAR

Alana Cláudia de Oliveira Moreira Bartelega, RG nº 5.090.295-4/SC, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotoria, símbolo DAS-5 (vaga 623), da estrutura do Ministério Público do Estado do Paraná.

II – ATRIBUIR

à nomeada constante do item I, a gratificação pelo exercício de encargos especiais, de acordo com o artigo 172, inciso VIII, da Lei Estadual 6174/1970, no percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do valor constante na tabela do anexo IV, da Lei Estadual 18811/2016, para o cargo em comissão, símbolo DAS-5, respeitando o redutor estabelecido pelo artigo 3º da Lei Estadual 17888, de 26 de dezembro de 2013.

Curitiba, 30 de junho de 2016.

IVONEI SFOGGIA
Procurador-Geral de Justiça

ATO 397

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso X, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, tendo em vista o artigo 24, inciso III, da Lei Estadual 6174, de 16 de novembro de 1970, e o artigo 1º da Lei Estadual 17227, de 16 de julho de 2012, considerando que estão disponibilizadas no Portal da Transparência as informações exigidas pela Lei Estadual nº 16595/2010, em seu § 2º do artigo 2º, e de acordo com o pedido do Promotor de Justiça, Dr. RODNEY ANDRÉ CESSEL, titular da 25ª Promotoria de Justiça de Londrina, protocolado sob nº 14141/2016-MP/PR, resolve

I – NOMEAR

Luis Otavio Vincenzi de Agostinho, RG nº 10.823.563-2/PR, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotoria, símbolo DAS-5 (vaga 484), da estrutura do Ministério Público do Estado do Paraná.

II – ATRIBUIR

ao nomeado constante do item I, a gratificação pelo exercício de encargos especiais, de acordo com o artigo 172, inciso VIII, da Lei Estadual 6174/1970, no percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do valor constante na tabela do anexo IV, da Lei Estadual 18811/2016, para o cargo em comissão, símbolo DAS-5, respeitando o redutor estabelecido pelo artigo 3º da Lei Estadual 17888, de 26 de dezembro de 2013.

Curitiba, 1º de julho de 2016.

IVONEI SFOGGIA
Procurador-Geral de Justiça

ATO 398

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso X, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, tendo em vista o artigo 24, inciso II, da Lei Estadual 6174, de 16 de novembro de 1970, considerando que estão disponibilizadas no Portal da Transparência as informações exigidas pela Lei Estadual 16595/2010 em seu § 2º do artigo 2º, e em razão da medida liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança nº 1.282.945-1, e de acordo com os protocolos nº 680/2016-MP/PR e nº 21754/2015-MP/PR, resolve

NOMEAR

DANIEL PINHEIRO DA SILVA, RG nº 13.896.221-0/PR, em virtude de habilitação em Concurso Público, para exercer o cargo de Auditor do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Curitiba, 04 de julho de 2016.

Ivonei Sfoggia
Procurador-Geral de Justiça

ATO 399

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso X, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, tendo em vista o artigo 24, inciso II, da Lei Estadual 6174, de 16 de novembro de 1970, considerando que estão disponibilizadas no Portal da Transparência as informações exigidas pela Lei Estadual 16595/2010 em seu § 2º do artigo 2º, e de acordo com o protocolo nº 25087/2016-MP/PR, resolve

NOMEAR

FERNANDA GARCIA DE MARIO, RG nº 12.529.833-8/PR, em virtude de habilitação em Concurso Público, para exercer o cargo de Auxiliar Administrativo do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Curitiba, 04 de julho de 2016.

Ivonei Sfoggia
Procurador-Geral de Justiça

ATO 400

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso X, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, tendo em vista o artigo 24, inciso

II, da Lei Estadual 6174, de 16 de novembro de 1970, considerando que estão disponibilizadas no Portal da Transparência as informações exigidas pela Lei Estadual 16595/2010 em seu § 2º do artigo 2º, e de acordo com o protocolo nº 8870/2016-MP/PR, resolve

NOMEAR

VICTOR PEREIRA DA SILVA, RG nº 7.072.666-1/PR, em virtude de habilitação em Concurso Público, para exercer o cargo de Oficial de Promotoria do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Curitiba, 04 de julho de 2016.

Ivonei Sfoggia
Procurador-Geral de Justiça

ATO 401

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso XIII, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, tendo em vista o contido no artigo 124, inciso I, da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e de acordo com o contido no Protocolo nº 14271/2016-MP/PR, resolve

EXONERAR

a pedido, o servidor RODOLFO EDUARDO SILVA BANDEIRA, RG nº 10.240.515-3/PR, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça, símbolo DAS-5 (vaga 168), do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, a partir de 04 de julho de 2016.

Curitiba, 04 de julho de 2016.

IVONEI SFOGGIA
Procurador-Geral de Justiça

ATO 402

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso X, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, tendo em vista o artigo 24, inciso III, da Lei Estadual 6174, de 16 de novembro de 1970, e o artigo 3º da Lei Estadual nº 16383, de 20 de janeiro de 2010, considerando que estão disponibilizadas no Portal da Transparência as informações exigidas pela Lei Estadual nº 16595/2010, em seu § 2º do artigo 2º, face à exoneração contida no protocolo 13374/2016-MP/PR e de acordo com o pedido da Promotora de Justiça, Dra. VANESSA SCOPEL BONATTO, titular da Promotoria de Justiça de Curiúva, protocolado sob nº 14259/2016-MP/PR, resolve

I – NOMEAR

Pollyana Cristina dos Santos, RG nº 12.604.415-1/PR, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça, símbolo DAS-5 (vaga 0186), da estrutura do Ministério Público do Estado do Paraná.

II – ATRIBUIR

à nomeada constante do item I, a gratificação pelo exercício de encargos especiais, de acordo com o artigo 172, inciso VIII, da Lei Estadual 6174/1970, no percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do valor constante na tabela do anexo IV, da Lei Estadual 18811/2016, para o cargo em comissão, símbolo DAS-5, respeitando o redutor estabelecido pelo artigo 3º da Lei Estadual 17888, de 26 de dezembro de 2013.

Curitiba, 05 de julho de 2016.

IVONEI SFOGGIA
Procurador-Geral de Justiça

ATO 406

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 19, inciso XIII, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, tendo em vista o contido no artigo 124, inciso I, da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e de acordo com o contido no Protocolo nº 14508/2016-MP/PR, resolve

EXONERAR

a pedido, a servidora KAREN TIEMI MATSUI, RG nº 28.740.359-2/SP, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procuradoria, símbolo DAS-4 (vaga 42), do

Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, a partir de 08 de julho de 2016.

Curitiba, 06 de julho de 2016.

IVONEI SFOGGIA
Procurador-Geral de Justiça

61579/2016

ATO Nº 403

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 19, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 85, de 27 de dezembro de 1999, e tendo em vista o contido no Parecer nº 2015/2016-NAJ, exarado no Protocolo nº 13226/2016, decide

APOSENTAR

a pedido, por tempo de serviço/contribuição, a doutora MARICLEA BORIO DA SILVA, RG nº 2.088.734-5/PR, no cargo de Promotora de Justiça de Entrância Intermediária, com base no art. 3º, caput, incisos e parágrafo único da Emenda nº 47, de 05/07/2005, e art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c.c o art. 93, VI e 129, parágrafo 4º, da Constituição Federal de 1988 (redação original) e arts. 54 e 55 da Lei Federal nº 8.625, de 12/02/1993, com proventos integrais, representados por subsídio fixado em parcela única, no valor de R\$ 27.500,17 (vinte e sete mil, quinhentos reais e dezessete centavos), sobre o qual incidirão os descontos legais, constante da Informação nº 0494/2016, emitida pela Divisão de Folha de Pagamento do Departamento de Gestão de Pessoas do Ministério Público do Paraná.

Curitiba, 05 de julho de 2016.

IVONEI SFOGGIA
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 404

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 19, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 85, de 27 de dezembro de 1999, e tendo em vista o contido no Parecer nº 2131/2016-NAJ, exarado no Protocolo nº 14163/2016, decide

APOSENTAR

a pedido, por tempo de serviço/contribuição, a doutora MAISA APARECIDA DE ARAUJO, RG nº 2.043.895-9/PR, no cargo de Procuradora de Justiça, com base nos arts. 6º e 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c.c o art. 93, VI e 129, § 4º, da Constituição Federal de 1988 (redação original) e arts. 54 e 55 da Lei Federal nº 8.625, de 12/02/1993, com proventos integrais, representados por subsídio fixado em parcela única, no valor de R\$ 30.471,11 (trinta mil, quatrocentos e setenta e um reais e onze centavos), sobre o qual incidirão os descontos legais, constante da Informação nº 523/2016, emitida pela Divisão de Folha de Pagamento do Departamento de Gestão de Pessoas do Ministério Público do Paraná.

Curitiba, 06 de julho de 2016.

IVONEI SFOGGIA
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 407

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 19, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 85, de 27 de dezembro de 1999, e tendo em vista o contido no Parecer nº 2133/2016-NAJ, exarado no Protocolo nº 13951/2016, decide

APOSENTAR

a pedido, por tempo de serviço/contribuição, a servidora VERA LUCIA DUARTE MISURELLI, RG nº 1.699.136-8/PR, no cargo de Auxiliar Administrativo, nível 22, na conformidade dos artigos 6º e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 combinado com o art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005, com proventos integrais, consistentes no vencimento básico e adicional de 20% (vinte por cento) alusivo a quatro quinquênios, representados pelo valor de R\$ 7.496,38 (sete mil, quatrocentos e noventa e seis reais e trinta e oito centavos), sobre o qual incidirão os descontos legais, conforme dados constantes da Certidão nº 134, do Departamento de Gestão de Pessoas, e Informação nº 521/2016, da Divisão de Folha de Pagamento do mencionado Departamento deste Ministério Público do Estado do Paraná.

Curitiba, 06 de julho de 2016.

IVONEI SFOGGIA
Procurador-Geral de Justiça

61586/2016